

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023**

O Fundo Municipal de Saúde de Orobó, Estado de Pernambuco, torna público que realizará a licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, consignado em Ata, do tipo MENOR PREÇO, com REGIME DE EXECUÇÃO POR FORNECIMENTO PARCELADO, através do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), no link Licitações on-line, para a contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado e a medida da necessidade, materiais elétricos, hidráulico e de construção, para fins de atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde de Orobó/PE, conforme PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2023, devidamente aprovado pela autoridade competente. O Pregão será realizado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria Nº 005/2023, de 02/01/2023, e regido pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 07 de agosto de 2014 e pelo Decreto Municipal nº 044/2014, Decreto Federal nº 10.024/2019, demais normas pertinentes pelas condições estabelecidas pelo presente Edital. Fazem parte integrante deste os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII.

**1 . DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações-e" constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A. (Provedor).

**1.3 - INÍCIO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS: DIA 11/04/2023**

**1.4 - ABERTURA DAS PROPOSTAS: ÀS 08h30min DO DIA 24/04/2023**

**1.5 – INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: ÀS 09h00min HORAS DO DIA 24/04/2023.**

1.6 – MODO DE DISPUTA ABERTO: Serão apresentados lances sucessivos durante o período de 10 (DEZ) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

1.7 – FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Observado o prazo legal, o Licitante poderá formular consultas por telefone (81) 3656-1156, informando o número do Pregão Eletrônico e do responsável pelo Pregão Eletrônico citado no preâmbulo, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão.

1.8 – LOCAL DO PREGÃO – Av. Governador Estácio Coimbra, nº 19, CEP nº 55.745-000.

1.9 - Pregoeiro: Ronaldo José Barbosa de Oliveira - Equipe de Apoio: Silvaneide Maria Salvador, Taciana Aguiar Souza de Moraes e Eunice Conceição de Souza, conforme Portaria Nº 005/2023, de 02/01/2023.

**2 – DO OBJETO**

2.1 Constitui objeto da presente licitação é o Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12(doze) meses, objetivando à eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado e a medida da necessidade, de ferramentas, materiais elétricos, hidráulico e de construção, para fins de atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde de Orobó/PE, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência Anexo I.

2.2 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Declaração de Fato Superveniente

ANEXO III - Declaração de menor;

ANEXO IV - Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

ANEXO V – Modelo de Cálculo de Indicadores Econômicos

ANEXO VI – Minuta Contrato

ANEXO VII – Ata de Registro de Preços

### **3 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1 – As despesas para aquisição/contratação dos materiais/fornecimentos decorrentes da presente licitação correrão à Conta das dotações orçamentárias a seguir descritas:

#### **10.130 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:**

**10 301 1024 2055** – Desenvolver outras Atividades com Recursos do SUS

3390.30 99 – Material de Consumo

**10 301 1024 2058** – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

3390.30 99 – Material de Consumo

**10 301 1024 2063** – Manutenção do Programa Saúde na Família – PSF

3390.30 99 – Material de Consumo

**10 302 1024 2065** – Manutenção das Atividades da Média e Alta Complexidade (Ambulatorial, Hospitalar e SAMU)

3390.30 99 – Material de Consumo

**10 302 1024 2067** - Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde

3390.30 99 – Material de Consumo

### **4 – RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO**

4.1 – O Licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa.

4.2 – As propostas dos fornecedores poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora definidas no item 1.4.

### **5 – REFERÊNCIA DE TEMPO**

5.1 – Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública obedecerão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

### **6 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Ao(s) Licitante(s) poderá(ão) ser aplicada(s) a(s) seguinte(s) sanção(ões), além das responsabilidades por perdas e danos:

I – advertência - nos casos de:

a) desistência parcial da proposta, devidamente justificada;

b) cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada;

II – multas - nos seguintes casos e percentuais:

por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;

por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;

por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeira: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;

recusa do adjudicatário em receber o contrato, a Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, dentro de 03 (três) dias úteis contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;

e) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente;

III – Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no presente edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a) - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

b) - não entregar a documentação exigida no edital;

c) - apresentar documentação falsa;

d) - causar o atraso na execução do objeto;

- e) - não manter a proposta;
- f) - falhar na execução do contrato;
- g) - fraudar a execução do contrato;
- h) - comportar-se de modo inidôneo;
- i) - declarar informações falsas; e
- j) - cometer fraude fiscal.

**Observações:**

As sanções descritas no presente item III também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

6.2 – As multas previstas no inciso II serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

6.3 – As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 6.1, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.4 – A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

6.5 – A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

6.6 – A sanção prevista no inciso IV, do item 6.1 é da competência do Sra. Gestora do Fundo Municipal de Saúde, facultada a defesa da Licitante no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação ou antes, se devidamente justificada e aceita pela autoridade que a aplicou.

6.7 – As demais sanções previstas nos incisos I, II e III do subitem 6.1 também são da competência do Sra. Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

## **7 – DOS PARTICIPANTES E DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

### **7.1 - PARTICIPANTES**

7.1.1 – Para efeito deste Edital, têm-se como participantes:

Participantes:

- a.1) Fundo Municipal de Saúde de Orobó;
- b) Fornecedor: Empresa prestadora do fornecimento, de acordo com as especificações e condições estipuladas neste Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos.
- c) Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROBÓ, responsável pela regulamentação deste certame e executor do Pregão Eletrônico para o Registro de Preços.

7.2 – Poderão participar do certame microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48, I da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações posteriores que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, possuírem chaves de identificação e senha fornecidas pelo provedor.

7.3 – Estarão impedidos de participar de qualquer fase do certame, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio;
- b) estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração em face das hipóteses previstas no artigo 87 da Lei n.º 8.666/93;
- c) sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- d) estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação; e
- e) enquadrada no disposto do art. 9º da Lei n.º 8.666/93 e alterações;
- f) que estejam com irregularidade registrada no SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores da União).

7.4 - Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06

## **8 – REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

8.1 – O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e a escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do Licitante classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades, visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

## **9 – CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES**

9.1 – Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de realização do pregão.

9.2 – Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País, através de um cadastramento simplificado.

9.3 – A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Administração municipal, devidamente justificadas.

9.4 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

9.5 – O credenciamento do Licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

## **10 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

10.1 – Para julgamento das propostas será adotado critério de MENOR PREÇO POR LOTE.

10.1.1 – Inobstante o contido item 10.1, precedente, as licitantes estarão obrigadas a cotar preços para todos os itens de cada lote, sob pena de desclassificação no respectivo lote em que ocorrer a omissão.

10.2 – Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem as disposições contidas neste edital;
- b) apresentarem preço incompatível com os preços de mercado;
- c) apresentarem preços superiores aos estimados pelo Município, ou inexequíveis, consoante disposto no art. 48, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) apresentarem vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes; e
- e) estiverem identificadas no sistema provedor: licitações-e.

10.3 – Todas as propostas serão consideradas lances na fase de disputa e serão ordenadas por valor, de forma decrescente.

10.4 – Caso a arrematante se enquadre na condição de COOPERATIVA, em face do disposto no art. 218 da Instrução Normativa RFB Nº 971, de 13/11/2009, e no art. 3º da lei 8.666/93, objetivando garantir a proposta mais vantajosa para o Município, a mesma deverá apresentar proposta inferior em no mínimo 3% (três por cento) em relação àquela imediatamente superior que não se enquadre na condição de COOPERATIVA.

10.5 – Inobstante o contido no subitem 10.1 precedente, as licitantes estarão obrigadas a apresentar detalhamento de preço do objeto, por item, com inserção proposta física no campo próprio do sistema, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

10.5 – o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, de forma fundamentada, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

## **11 – DA PARTICIPAÇÃO**

11.1 – A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados a data e horário limite estabelecidos.

OBSERVAÇÃO: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), “Sites específicos” no link “Licitações” opção “Acesso Identificado”.

11.2 – Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

11.2.1 – O Licitante que se manifestar de acordo com o item 11.2 e vier a ser inabilitado por falta de documentação e/ou por apresentar documentação falsificada, deverá estar ciente de que PODERÁ ser aberto processo administrativo, conforme menção descrita no inciso III, alíneas “e” e “f” do subitem 6.1 do presente edital.

11.3 – As propostas dos fornecedores poderão ser enviadas, substituídas, excluídas e replicadas no sistema até a data e hora definidas no edital para abertura das propostas.

11.4 – Caberá ao Licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico antes, durante e após a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens e informações emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **12 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS**

12.1 – A impugnação ao Edital poderá ser feita até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas mediante documento formalizado e enviado por meio eletrônico.

12.1.1 – A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

12.2 – Existindo a intenção de interpor recurso, o licitante deverá manifestá-la ao Pregoeira por meio eletrônico, em formulário próprio, expressando sucintamente suas razões, exclusivamente pelo site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), imediatamente após a divulgação do vencedor.

12.3 – Declarado vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, consoante disposto no inciso XVIII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

12.4 – Os demais licitantes ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, no mesmo prazo, a contar do término do prazo do recorrente, exclusivamente pelo site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, conforme o disposto no subitem 12.8, adiante.

12.5 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

12.6 – O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará e homologará, para determinar a assinatura do Contrato.

12.8 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Prefeitura Municipal de Orobó, localizada na Avenida Estácio Coimbra, 19 Centro - Orobó (PE), no horário de 08h00 as 12h00.

12.9 - Manifestada a intenção de interpor recurso, o licitante terá o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, cujo prazo correrá a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

12.10 – Não serão conhecidas as impugnações nem os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo Licitante. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

12.11 – Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo Licitante.

12.12 – A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao Licitante vencedor.

12.13 – Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.

12.14 – O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



12.14 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

12.15 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

### **13 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA DO PROVEDOR:**

13.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

13.1.1 – O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

13.1.2 – A falsidade da declaração de que trata o § 4º sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto Federal nº 10.029/2019.

13.2 – Da Proposta de Preços deverá constar a descrição do objeto, a quantidade, a MARCA E MODELO e o valor que deverá ser apresentado em moeda nacional utilizando-se 2 (duas) casas decimais para o valor unitário, desprezando-se as demais, declarando-se expressamente que estão inclusos todos os impostos, seguros, transportes, embalagens, contribuições sociais etc., bem como quaisquer outros custos relacionados com a execução dos serviços e/ou entrega do produto, com base nas especificações do Anexo II.

13.2.1 – Os valores correspondentes aos impostos e demais encargos citados no item precedente, deverão ser obrigatoriamente declarados na proposta de preços, sob pena de desclassificação.

13.2.2 - Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura das propostas, deverão ser obrigatoriamente declarados na proposta de preços, sob pena de desclassificação.

13.3 – Referências e demais características dos serviços ofertados DEVERÃO SER INFORMADOS nos campos “ANEXOS DE PROPOSTA” e “INFORMAÇÕES ADICIONAIS” do sistema do provedor no momento em que as propostas forem cadastradas, entretanto na Proposta Comercial a ser enviada pela empresa declarada arrematante, tais referências e demais características DEVERÃO SER INFORMADAS de forma minudenciada.

13.4 – As licitantes que DESEJAREM invocar a CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, DEVERÃO fazê-lo, obrigatoriamente, NO CAMPO “INFORMAÇÕES ADICIONAIS”, no momento do lançamento da proposta. A microempresa ou empresa de pequeno porte que não invocar os benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006 neste momento NÃO PODERÁ FAZÊ-LO POSTERIORMENTE.

13.5 – As licitantes poderão usar a opção “ANEXOS DE PROPOSTA” e/ou “INFORMAÇÕES ADICIONAIS” para outras comunicações complementares.

13.6 - As empresas deverão cadastrar preços para os itens desejados, constantes do lote respectivo, detalhando, todas as características e condições atinentes mesmo, bem como a marca do objeto. Para tanto as licitantes deverão utilizar a opção “INFORMAÇÕES ADICIONAIS”, do sistema licitações-e, sob pena de desclassificação.

13.7 - As licitantes que não atenderem rigorosamente esta condição serão DESCLASSIFICADAS.

13.8 – As empresas que identificarem suas propostas e/ou anexos no Sistema Eletrônico serão sumariamente desclassificadas.

### **14 – DA ABERTURA, DA SESSÃO DE DISPUTA E DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA**

14.1 – A partir do horário previsto no edital e no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.

14.2 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

14.3 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (DEZ) MINUTOS e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos 02 (DOIS) MINUTOS do período de duração da sessão pública.

14.4 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (DOIS) MINUTOS e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

14.5 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

14.5.1 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

14.6 – Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

14.7 – O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote, ou seja, serão aceitos lances com valores inferiores ao menor lance registrado naquele momento ou com valor inferior ao valor da própria empresa desde que o mesmo não coincida com outros lances já existentes.

14.8 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, simultaneamente, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.9 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposição do presente edital.

14.10 – Durante o transcurso da sessão pública, os participantes terão informações, em tempo real, sobre os menores valores dos lances de todas as licitantes. O sistema não identificará os autores dos lances para os demais participantes e nem para o Pregoeiro.

14.11 – O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, quando será aberta automaticamente a fase para considerações finais do pregoeiro.

14.12 – Encerrada a etapa de envio de lances, antes de anunciar o vencedor, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, “contraproposta” diretamente ao Licitante que tenha apresentado o lance de menor preço, visando a obtenção de preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

14.12.1 – A contraproposta objetivando reduções de preços será feita pelo Pregoeiro, através de acesso ao “link” “relatório de disputa” e “contraproposta”, separadamente para cada item, enquanto o mesmo estiver na condição “arrematado”.

14.13 – Os licitantes, a qualquer momento, depois de finalizado o item, poderão registrar seus questionamentos para o Pregoeiro através do Sistema Provedor, acessando sequencialmente os “links” “Relatório de Disputa”, para cada item disputado, “Chat Mensagens” e “Enviar Mensagem”. Esta opção ficará disponível até o momento em que o Pregoeiro declarar o licitante vencedor do item. Todas as mensagens enviadas constarão no Histórico do Relatório de Disputa.

14.14 - Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

14.14.1 - Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 14.14, precedente, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

14.15 – Os licitantes, a qualquer momento, depois de finalizado o lote, poderão registrar seus questionamentos para o Pregoeiro através do Sistema Provedor, acessando sequencialmente os “links” “Relatório de Disputa”, para cada lote disputado, “Chat Mensagens” e “Enviar Mensagem”. Esta opção ficará disponível até o momento em que o(a) Pregoeiro(a) declarar o licitante vencedor do lote. Todas as mensagens enviadas constarão no Histórico do Relatório de Disputa.

14.16 - Será desclassificada a proposta vencedora com valor superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

14.16.1 - Considera-se inexequível a proposta de preços que:

14.16.1.1 - comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos

e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

14.16.1.2 – para cumprimento do disposto no item precedente, mormente no que concerne ao critério de aceitabilidade dos preços, serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços superiores aos estimados pelo Município, ou inexequíveis, consoante disposto no art. 48, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93;

14.16.1.3 - apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

14.16.2 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser concedida a oportunidade da apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou ainda relatar outros fatores que tenham influência na definição da proposta ofertada. Caso a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, poderá ser realizada diligência para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.16.2.1 - O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e outras variáveis;

14.16.3 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

14.16.4 - O Pregoeiro convocará o licitante para apresentação de proposta realinhada ao último lance ofertado e, se for o caso, documentação comprobatória complementar no prazo máximo de 2 (duas) horas, contadas da solicitação do pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

14.16.5 – Se a proposta for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

## **15 - DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA COMERCIAL**

15.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com a proposta de preços, os documentos de habilitação exigidos a seguir, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

### **15.1 - DA HABILITAÇÃO**

Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório ou por servidor da unidade realizadora do Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos solicitados neste edital.

b) Para habilitar-se no certame, após a fase de disputa, a empresa arrematante deverá ter apresentado no momento oportuno, exclusivamente por meio do sistema, a seguinte documentação:

#### **15.1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

Registro Comercial, no caso de empresa individual, com o “Objeto Social” enquadrado no objeto do(s) item(s) em que a empresa cadastrou proposta. A empresa que apresentar Registro Comercial com o Objeto Social que não contemple o objeto que ela própria cadastrou, será considerada sumariamente INABILITADA;

Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social ou sua Consolidação e alterações em vigor, com o “Objeto Social” enquadrado no objeto do(s) item(s) em que a empresa cadastrou proposta, acompanhado do documento de eleição de seus atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações. A empresa que apresentar Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social ou sua consolidação e alterações em vigor com o Objeto Social que não contemple o objeto que ela própria cadastrou, será considerada INABILITADA;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de documento de eleição da diretoria em exercício.

e) Alvará de Licença e funcionamento emitido pelo Município sede da licitante.



### 15.1.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

Prova de Regularidade referente à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Pública Nacional;

Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;

f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Fornecimento – FGTS;

g) Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS).

h) Declaração de que não possui em seu quadro de funcionários, empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal) – Anexo III; e

i) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

Observações:

I) As Provas de Regularidade referentes aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e de regularidade com a Seguridade Social (INSS), constantes nas alíneas “b”; “c”; e “g”, poderão ser substituídas pela Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal.

II) Em caso de restrição quanto à documentação de regularidade fiscal, para que a microempresa ou empresa de pequeno porte (que se manifestou como tal conforme item 13.3) regularize sua documentação fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial será declarado após o término do prazo estipulado na alínea “a” do item 15, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, na forma do § 1º. do art. 43 da Lei Complementar 123/2006;

III) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não regularize sua documentação fiscal no prazo estabelecido no inciso “II” da observação decairá seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993 e suas alterações, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, na forma do §2º. do art. 43 da Lei Complementar 123/2006 c/c com o §2º. do art. 64 da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

### 15.1.3 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de:

a) Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o respectivo objeto desta licitação, através da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. O(s) atestado(s), somado(s), deverão indicar: locação igual ou superior ao quantitativo objeto do presente certame.

### 15.1.4 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes, da sede da pessoa jurídica, datada de, no máximo, 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação;

a.1) Para as empresas sediadas no Estado de Pernambuco deverá apresentar também Certidão Licitação 1º e 2º Grau emitidas na forma da Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, juntamente com seus termos de abertura e encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, para aqueles que já completaram o seu primeiro exercício social, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta e as empresas constituídas durante o ano corrente deverão, obrigatoriamente, apresentar o balanço inicial ou de abertura;

b.1) apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último Balanço Patrimonial, atestando a boa situação financeira da empresa:

PG = Liquidez Geral – igual ou superior a 1  
SG = Solvência Geral – igual ou superior a 1  
LC = Liquidez Corrente – igual ou superior a 1

Sendo:

$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

$SG = AT / (PC + ELP)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

b.2) Os índices acima descritos poderão ser demonstrados, em folha própria, fazendo-se constar os dados do balanço que lhes deram origem; e

b.3) Os licitantes que estiverem em seus balanços com índices inferiores a 1 (um), deverão comprovar um Capital Social ou Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor de sua proposta de preços a ser apresentada. A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data por meio de índices oficiais.

#### **JUSTIFICATIVA DE EXIGÊNCIA DE ÍNDICES DE LIQUIDEZ NO EDITAL**

Serão exigidos índices de liquidez corrente e geral, não inferiores a 1, (um), ou seja, para cada um real de dívida de curto e de longo prazo, a empresa deverá possuir, no mínimo, um real de recursos disponíveis na somatória da mesma fração de tempo, ou seja, no curto prazo e também no longo prazo.

Será exigido ainda, o índice de Solvência Geral, que expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Exige-se, de igual modo, que para cada 1 (um) real de dívida a empresa disponha de, no mínimo, 1 (um) real correspondente no ativo total, ou seja, a empresa demonstrará pela capacidade de liquidação de suas obrigações, levando-se em conta todo o seu patrimônio (disponibilidades de curto e de longo prazo e patrimônio permanente), o que vale dizer, em caso de encerramento de suas atividades, no momento em que venha a ocorrer, a empresa evidenciará total solvência.

Justificam-se as exigências acima mencionadas, inicialmente, em face do permitido no parágrafo 5º do artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/93, de modo a se avaliar a real situação financeira das empresas licitantes, com o objetivo de verificar a capacidade de satisfação das obrigações assumidas, além da capacidade de cumprimento dos encargos econômicos decorrentes da contratação, considerado o prazo de duração da mesma.

Com relação aos índices exigidos e respectivos valores, cabe ressaltar tratar-se do mínimo usualmente estabelecido, fixados em patamares que demonstram tanto a liquidez corrente quanto a geral da empresa, além de sua capacidade de solvência, condições essas que asseguram à Administração Municipal a plena execução do objeto contratado.

Nesse sentido, faz-se necessária remissão a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em especial os TCs 011286/026/08 e 023220/026/06; bem como Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 779/2005 – Plenário e nº 354/2016 – TCU – Plenário. Verifica-se, portanto, que a previsão aqui inserida, coaduna-se com o previsto na Lei, com as práticas usuais e com a Jurisprudência emanada dos Tribunais de Contas do Estado e União.

#### **15.1.5 – DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

a) Os licitantes que invocarem a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, na proposta comercial feita no sistema do banco provedor no período de acolhimento de propostas, para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar, além da documentação prevista no item 15, na fase de habilitação, os seguintes documentos:

I) Declaração de que não está incurso em nenhuma das vedações do § 4º. do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

II) Certidão expedida pelo Órgão competente, a saber: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, do local onde a pessoa jurídica tenha sido registrada, atestando que a empresa se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do artigo 3º. da Lei Complementar 123/2006.

#### **15.1.6 - OUTROS DOCUMENTOS**

- a) Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF, na forma do Anexo III, a ser declarado no sistema quando do lançamento da proposta, a qual será visualizada pelo Pregoeira na fase de habilitação, dispensando-se assim, o envio do documento por meio de fax ou via original;
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo, na forma do Anexo II;
- c) Apresentar Certidão de Nada Consta do TCU, com prazo de validade não superior a 60 (sessenta) dias, em relação à data do certame;
- d) Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- e) Comprovação de Regularidade junto ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

#### **15.1.7 - OBSERVAÇÕES**

1 - Somente a documentação exigida para atender ao disposto nos incisos 15.1.1 e letra “a” do item 15.1.2 poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral, obtido junto ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores da União - SICAF.

2 - Os documentos deverão ser apresentados em originais, via Internet ou cópias autenticadas em cartório ou por servidor da unidade realizadora do Pregão, ou por órgãos da imprensa oficial, ficando os mesmos como parte integrante do processo Licitatório nos termos do Art.32 da Lei 8.666/93. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar que seja enviado qualquer documentação exigida no presente edital.

3 - Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Estadual e Municipal, quando exigidas, não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do nosso conhecimento, o Pregoeiro considerará como máximos, os prazos vigentes no Estado do Pernambuco e Município de Orobó, 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias, respectivamente;

4 – A não apresentação de qualquer documento citado no presente instrumento convocatório constituirá motivo de inabilitação da empresa licitante.

#### **15.2 – DA PROPOSTA COMERCIAL FEITA NO SISTEMA DO BANCO PROVEDOR:**

15.2.1 - Indicação do(s) item (s) constante (s) no ANEXO I, com a respectiva descrição completa do(s) objeto (s). A empresa que descumprir este item será considerada DESCLASSIFICADA.

15.2.2 - O valor deverá ser apresentado em moeda nacional utilizando-se até 2 (duas) casas decimais para o valor unitário, desprezando-se as demais, incluindo todos os impostos, seguros, contribuições sociais etc., bem como quaisquer outros custos relacionados com à execução do fornecimento, com base nas especificações do Anexo I.

15.2.3 – Os preços serão fixos e irrevogáveis.

15.2.4 - Referências, garantias e demais características do fornecimento ofertado PODERÃO SER INFORMADOS nos campos “ANEXOS DE PROPOSTA” e “INFORMAÇÕES ADICIONAIS” do sistema do banco provedor no momento em que as propostas forem cadastradas, entretanto, referências e demais características DEVERÃO SER INFORMADAS na Proposta Comercial que nos será enviada após o momento em que a empresa for declarada arrematadora.

15.2.5 - As licitantes deverão usar a opção “ANEXOS DE PROPOSTA” para anexar catálogos originais e/ou folder explicativo com a indicação do produto correspondente a marca e modelo ofertado, cujo objeto deverá conter todos os componentes das especificações técnicas. No caso de cópia dos catálogos, somente serão aceitas se totalmente legíveis, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO, e no campo “INFORMAÇÕES ADICIONAIS” para outras comunicações complementares;

15.2.6 – Fica vedado ao licitante identificar-se, no Sistema Eletrônico, quando do registro de sua proposta sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO do certame pelo Pregoeiro;

15.2.7 – As licitantes deverão inserir nos “anexos de proposta”, citados no item precedente, além de sua Proposta de Preços, a composição do custo unitário do fornecimento objeto de sua proposta de preços, sob pena de desclassificação;

15.2.8 – Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão; e

15.2.9 - O licitante deverá obedecer, rigorosamente, aos termos deste Edital e seus Anexos.

## **16 – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E INSTRUMENTALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO**

16.1 – Homologada a licitação pela Autoridade Competente, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROBÓ, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, item a item, convocará os licitantes vencedores para, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 12, do Decreto municipal nº 044/202014;

16.2 – Em não comparecendo, tempestivamente, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante convocado decairá do seu direito à contratação, conforme preceitua o Art. 4º, Incisos XXII e XXIII, da Lei nº 10.520/2002, e o § 1º, do Art. 27, do Decreto nº 5.450/2005.

16.3 – O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços, de até 03 (três) dias úteis, definido no item 16.1 anterior, poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito durante o prazo transcurso, e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;

16.4 – A Ata de Registro de Preços é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROBÓ ou dos interessados, e destina-se ao registro dos preços e a subsidiar o acompanhamento destes. A Ata indicará o fornecedor, o órgão contratante e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas neste Edital, item a item;

16.5 – Com a assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa que teve o seu preço registrado assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, as demandas realizadas, observado os quantitativos estimados.

16.6 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio de Contratos com o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROBÓ e/ou diretamente com os interessados.

16.7 – O licitante registrado fica obrigado a atender a todas as solicitações de fornecimentos efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, desde que não ultrapassem a estimativa de quantitativos de unidades a serem pedidas, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento);

16.8 – Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação;

16.9 – Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, para assinatura da Ata de Registro de Preços não mantiver as mesmas condições de habilitação estará sujeito às penalidades previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93 e alterações. Neste caso, o Pregoeira examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo ser o respectivo licitante convocado para negociar redução do preço ofertado.

16.10 – A recusa injustificada do Licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido sujeitará, o Licitante à aplicação das penalidades previstas no item 6.1.

16.11 – A Ata de Registro de Preços, o Contrato e/ou a Ordem de Fornecimento (OS) poderão ser rescindidos e/ou canceladas pelo MUNICÍPIO:

16.12 – Unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contida no art. 78 da Lei 8.666/93;

16.13 – amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada pelo MUNICÍPIO desde que haja conveniência para a Administração;

16.14 – judicialmente, nos termos da legislação.

## **17 – PRAZO DE VIGÊNCIA, DATAS E LOCAIS PARA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO**

17.1 – O prazo de vigência da ATA de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura. A eficácia da ATA de Registro de Preços e do contrato dar-se-á após a publicação resumida do instrumento na Imprensa Oficial do Município, do Estado de Pernambuco ou no Diário Oficial da União, se for o caso;

17.2 – A licitante vencedora será convocada pela Administração, por escrito, para a assinatura da Ata de Registro de Preços e do respectivo contrato, quando for o caso, no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos a partir da data da convocação. Se esta não aceitar ou não retirar o instrumento pertinente no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar na ordem de classificação, as licitantes remanescentes, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação, independentemente das sanções administrativas previstas deste edital.

17.3 – A Administração poderá prorrogar o prazo do subitem 17.2, por igual período, nos termos do § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93.

## **18 – INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO**

18.1 – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROBÓ, através do gestor de contrato designado pela Administração, procedendo ao registro das ocorrências adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

18.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

18.3 Quaisquer exigências da Fiscalização inerentes ao objeto deste Edital deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem qualquer ônus para a Administração.

## **19 – DO PAGAMENTO**

19.1 – Os pagamentos poderão ser efetuados em até 30 (trinta dias) mediante cheque nominal, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada e mediante comprovação de manutenção das exigências da habilitação.

19.2 - Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

19.3 – Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

19.4 A critério da contratante poderão ser utilizados créditos da contratada para cobrir dívidas de responsabilidades para com ela, relativos a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

19.5 A nota fiscal/fatura deverá ser preenchida em conformidade com a proposta apresentada no processo licitatório.

19.6 - Os pagamentos poderão ser sustados pela Contratante nos seguintes casos:

19.6.1 - não cumprimento das obrigações assumidas que possam de alguma forma prejudicar a Contratante;

19.6.2 - inadimplência de obrigações assumidas pela Contratada para com o Município de Orobó, por conta do estabelecido neste Edital;

19.6.3 – erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Fornecimento/Fatura(s).

19.7 – Os pagamentos serão condicionados à apresentação dos seguintes documentos, junto com a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), em originais ou devidamente autenticados:

19.7.1 - prova de Regularidade referente aos Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida;

19.7.2 - prova de Regularidade referente à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Pública Nacional, devidamente válida;

19.7.3 - prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa, devidamente válida;

19.7.4 - prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município de Orobó, devidamente válida;

19.7.5 - prova de Regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, devidamente válida;

19.7.6 - prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Fornecimento – FGTS, devidamente válida;

19.8 – As Provas de Regularidade referentes aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, constantes nos subitens 19.5.1; 19.5.2; e 19.5.5, poderão ser substituídas pela Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União), expedida pela Receita Federal, devidamente válida.



19.9 – Com vistas a agilizar o procedimento, necessário se faz que a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) tragam consignadas o nº do processo que originou a contratação, o nº do contrato e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

19.10 - É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação do fornecimento.

19.11 – A Contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela Contratada em decorrência de inadimplemento deste Contrato.

19.12 - É expressamente vedado ao licitante cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

## **20 - DAS SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS**

20.1 – A Contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste Edital, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, nos fornecimentos em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, exceto as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, nos termos do art. 65, § 1º e 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

20.2 – As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual, a ser emitido pela Comissão Permanente de Licitações do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROBÓ.

## **21 – DO REAJUSTE**

21.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis, admitindo-se, entretanto, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, mediante a apresentação de memória de cálculo e demais documentos comprobatórios do reajuste solicitado.

## **22 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1 – O Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou cancelamento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Fornecimento, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.2 – Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeira, sob pena de desclassificação.

22.3 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.4 – As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, obedecidos os princípios que norteiam os atos da Administração Pública.

22.5 – As decisões referentes a este processo Licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação, inclusive eletrônico, que possibilite o recebimento ou mediante publicação no veículo de comunicação oficial do Município.

22.6 – Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro, com base na legislação em vigor.

22.7 – A participação do Licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos do presente Edital.

22.8 – A Administração poderá revogar a presente licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta ou anulá-la por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.9 – É facultado à Pregoeira e Equipe de Apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentação ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.

22.10 – O prazo de execução do fornecimento admite prorrogação, a critério da Administração, devendo ser justificado por escrito, ou desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

22.10.1 – Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de cumprimento do edital;

22.10.2 – Aumento das quantidades inicialmente previstas no edital, nos limites permitidos na Lei 8666/93;

22.10.3 – Impedimento de cumprimento do Edital por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documentos contemporâneos a sua ocorrência;

22.10.4 – Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração.

22.11 – O Pregoeiro poderá desclassificar licitantes até a assinatura do Contrato, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da Licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

22.12 – As informações e esclarecimentos relativos à presente Licitação serão fornecidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, de acordo com os itens 1.7, 1.8 e 1.9 deste Edital.

22.13 – As Impugnações de Edital, os Recursos, e solicitações de vistas/cópias dos autos DEVEM ser protocoladas no Protocolo Geral localizado na sede da Prefeitura Municipal de Orobó situada à Avenida Estácio Coimbra, 19 Centro, Orobó – Pernambuco, devendo ser endereçados à Comissão Permanente de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Orobó.

22.14 – As comunicações relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas por carta protocolada, por telegrama ou por fax no endereço constante do item 1.8.

22.14.1 – As comunicações recebidas via fax deverão ser realizadas com remessa dos originais, dentro de 24 (vinte e quatro) horas.



Orobó (PE), 05 de abril de 2023.

**Fátima Gabrielle de Oliveira Silva**  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**ANEXO I – MODELO  
TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2023  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023**

**1. INTRODUÇÃO**

- 1.1. A elaboração do presente Termo de Referência atende ao estipulado pelo art. 7º, inciso I, da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.
- 1.2. Tem o objetivo de fornecer aos interessados a perfeita caracterização do fornecimento, descrevendo-o detalhadamente e, assim, servir de base para a apresentação das propostas de preços.
- 1.3. Importante ressaltar que a definição de Termo de Referência e a utilizada pela Lei n.º 8.666/93, art.6º, inciso IX.
- 1.4. Isto posto, serão analisadas aqui as obrigações da empresa a ser contratada para execução do fornecimento, bem como as do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROBÓ, na qualidade de contratante.

**2. OBJETO**

- 2.1. Constitui objeto da presente licitação é o Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, objetivando à eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelada de ferramentas, materiais elétricos, hidráulico e de construção, para fins de atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde de Orobó, conforme especificações e condições constantes do presente Termo de Referência Anexo I.
- 2.2. A descrição do objeto, na íntegra, encontra-se detalhada no corpo do presente anexo I.

**3. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1 Justificamos a necessidade de contratação de empresa para fornecimento de material de construção tendo em vista a necessidade de manutenção das diversas atividades da administração pública, como a execução de pequenos reparos e reformas nos prédios vinculados ao Fundo Municipal de Saúde de Orobó.
- 3.2 Muitos serviços de obras são executados de forma direta pela Administração que possui os servidores em seu quadro de funcionários, porém, necessita de materiais para execução de tais serviços.
- 3.3 Os serviços mencionados e executados pelo município constituem atividades precípuas deste Município, uma vez que todos os sistemas existentes no município são de responsabilidade do Município e para manter o bom andamento dos serviços faz-se necessária as referidas aquisições.
- 3.4 Portanto, para que não tenhamos nenhum serviço paralisado por falta de material de construção é de extrema importância que tais materiais sejam licitados o mais rápido possível.

**4. DAS CARACTERÍSTICAS DO FORNECIMENTO, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS**

- 4.1. A projeção da necessidade para as quantidades estimadas bem como a especificação do objeto está descrita conforme os itens abaixo:

LOTE 01	AREIAS				
Item	Nome	Quant.	Unid	Valor Unitário	Total
1	Areia Fina	250	Metros Cúbicos	R\$ 87,07	R\$ 21.767,50
2	Areia Grossa Lavada	200	Metros Cúbicos	R\$ 86,81	R\$ 17.362,00
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 39.129,50</b>

LOTE 02	BRITAS				
Item	Nome	Quant.	Unid	Valor Unitário	Total
1	Brita 19	150	Metros Cúbicos	R\$ 123,54	R\$ 18.531,00
2	Brita 25	100	Metros Cúbicos	R\$ 125,85	R\$ 12.585,00
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 31.116,00</b>

LOTE 03		ARAMES, ARREBITES, PARAFUSOS, BUCHAS E PREGOS			
Item	Nome	Quant.	Unid	Valor Unitário	Total
1	Arame liso Queimado nº 18	50	Quilogramas	R\$ 22,54	R\$ 1.127,00
2	Arrebite tam: 5/16	500	Unidades	R\$ 0,23	R\$ 115,00
3	Bucha parafuso, material: náilon, tamanho: S-6	150	Unidades	R\$ 0,15	R\$ 22,50
4	Bucha parafuso, material: náilon, tamanho: S- 8	150	Unidades	R\$ 0,25	R\$ 37,50
5	Bucha parafuso, material: náilon, tamanho: S-10	150	Unidades	R\$ 0,19	R\$ 28,50
6	Bucha parafuso, material: náilon, tamanho: S-12	150	Unidades	R\$ 0,79	R\$ 118,50
7	Parafuso Philips 3,8X40 6mm	150	Unidades	R\$ 0,21	R\$ 31,50
8	Parafuso Philips 4,8X50 8 mm	150	Unidades	R\$ 0,50	R\$ 75,00
9	Parafuso Philips 6.3X50 10mm	150	Unidades	R\$ 0,52	R\$ 78,00
10	Parafuso Philips 4,0 x 12mm	150	Unidades	R\$ 0,94	R\$ 141,00
11	Prego com cabeça 15 x 18	30	Quilogramas	R\$ 26,48	R\$ 794,40
12	Prego com cabeça 13 x 11	30	Quilogramas	R\$ 24,70	R\$ 741,00
13	Prego com cabeça 16 x 21	30	Quilogramas	R\$ 23,48	R\$ 704,40
14	Prego com cabeça 18 x 27	50	Quilogramas	R\$ 26,60	R\$ 1.330,00
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 5.344,30</b>

LOTE 04		CAIXAS D'ÁGUA			
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Caixa D'água 1000L Polietileno	8	Unidades	R\$ 326,04	R\$ 2.608,32
2	Caixa D'água 2000L Polietileno	8	Unidades	R\$ 1.021,73	R\$ 8.173,84
3	Caixa D'água 5000L Polietileno	3	Unidades	R\$ 2.933,43	R\$ 8.800,29
4	Caixa D'água 10.000L Polietileno	3	Unidades	R\$ 5.403,96	R\$ 16.211,88
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 35.794,33</b>

LOTE 05		CAL, CIMENTO E GESSO			
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Cal Hidratada 20 Quilogramas	120	Sacos	R\$ 15,52	R\$ 1.862,40
2	Cimento CP II F32 - 50 Quilogramas	2.300	Sacos	R\$ 30,83	R\$ 70.909,00
3	Gesso em pó - Pacote 01 kg	80	Quilogramas	R\$ 3,83	R\$ 306,40
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 73.077,80</b>

LOTE 06 ARGAMASSAS, REJUNTE E REVESTIMENTO CERÂMICO					
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Argamassa AC I - Sacos de 20 Quilogramas	350	Pacotes	R\$ 11,20	R\$ 3.920,00
2	Argamassa AC II - Sacos de 20 Quilogramas	100	Unidades	R\$ 20,44	R\$ 2.044,00
3	Rejunte flexível - Sacos com 1 Quilogramas	250	Quilogramas	R\$ 3,34	R\$ 835,00
4	Revestimento Cerâmico tipo A, 10x10 PI-04	400	Metros Quadrados	R\$ 37,07	R\$ 14.828,00
5	Revestimento Cerâmico tipo A, 50x50 PI-04	350	Metros Quadrados	R\$ 35,93	R\$ 12.575,50
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 34.202,50</b>

LOTE 07 BASCULANTES DE ALUMÍNIO					
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Basculante de alumínio 0,50 x 0,50	10	Unidades	R\$ 54,84	R\$ 548,40
2	Basculante de alumínio 0,80 x 1,00	15	Unidades	R\$ 203,57	R\$ 3.053,55
3	Basculante de alumínio 1,00 x 1,00	5	Unidades	R\$ 290,91	R\$ 1.454,55
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 5.056,50</b>

LOTE 08 BATENTE, JANELAS E PORTAS DE MADEIRA					
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Batente de Madeira para porta de até 0,92cm de largura por 2,10 de altura	25	Unidades	R\$ 173,56	R\$ 4.339,00
2	Janela Correr, 2 folhas, alumínio, com vidro cancelado, entre 100 cm e 150 cm de largura x 100 cm de altura	15	Unidades	R\$ 199,93	R\$ 2.998,95
3	Janela de madeira 1,00 x1,00	5	Unidades	R\$ 49,33	R\$ 246,65
4	Janela de Madeira tipo Veneziana 1,00 x 1,50	2	Unidades	R\$ 300,94	R\$ 601,88
5	Porta de Madeira Almofadada 60 cm	10	Unidades	R\$ 310,40	R\$ 3.104,00
6	Porta de Madeira Almofadada 70 cm	15	Unidades	R\$ 398,38	R\$ 5.975,70
7	Porta de Madeira Almofadada 80 cm	20	Unidades	R\$ 533,56	R\$ 10.671,20
8	Porta de Madeira Almofadada 90 cm	10	Unidades	R\$ 791,52	R\$ 7.915,20
9	Porta de madeira prensada de Copaíba 60 cm	30	Unidades	R\$ 135,28	R\$ 4.058,40
10	Porta de madeira prensada de Copaíba 70 cm	15	Unidades	R\$ 156,48	R\$ 2.347,20
11	Porta de madeira prensada de Copaíba 80 cm	20	Unidades	R\$ 179,36	R\$ 3.587,20
12	Porta de madeira prensada de Copaíba 90 cm	5	Unidades	R\$ 206,81	R\$ 1.034,05
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 46.879,43</b>



LOTE 09	LAJES E LAJOTAS				
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Laje	350	Metros Quadrados	R\$ 60,08	R\$ 21.028,00
2	Lajota de cimento 50x50	150	Metros	R\$ 28,98	R\$ 4.347,00
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 25.375,00</b>

LOTE 10	LIXAS				
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Lixa para ferro 100	100	Unidades	R\$ 2,55	R\$ 255,00
2	Lixa para ferro 120	100	Unidades	R\$ 2,50	R\$ 250,00
3	Lixa para ferro 50	150	Unidades	R\$ 2,94	R\$ 441,00
4	Lixa para madeira 100	100	Unidades	R\$ 2,14	R\$ 214,00
5	Lixa para madeira 120	200	Unidades	R\$ 1,41	R\$ 282,00
6	Porta cadeados	5	Unidades	R\$ 10,57	R\$ 52,85
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 1.494,85</b>

LOTE 11	TELHAS FIBROCIMENTOS				
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Telha de fibra cimento 0,50 x 2,44	250	Unidades	R\$ 29,99	R\$ 7.497,50
2	Telha de fibra cimento 1,10 x 2,44 6mm	40	Unidades	R\$ 65,23	R\$ 2.609,20
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 10.106,70</b>

LOTE 12	TELHAS CERAMICAS				
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Telhas cerâmicas 1ª qualidade	15	Milhares	R\$ 773,08	R\$ 11.596,20
2	Telha cerâmica tipo capa-canal paulista (kitambar)	5.000	Unidades	R\$ 1,41	R\$ 7.050,00
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 18.646,20</b>

LOTE 13	TIJOLOS				
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Tijolo 08 furos (19cm x 19cm x 10cm)	25	Milhares	R\$ 700,39	R\$ 17.509,75
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 17.509,75</b>

LOTE 14	MATERIAIS PARA PINTURA				
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Broxa p/pintar	30	Unidades	R\$ 12,06	R\$ 361,80

2	Fita auto tipo crepe adesiva 48mmx45mm	60	Unidades	R\$ 14,59	R\$ 875,40
3	Pincel (trincha) ½	30	Unidades	R\$ 3,85	R\$ 115,50
4	Pincel (trincha) 1	30	Unidades	R\$ 2,94	R\$ 88,20
5	Pincel (trincha) 1 1/2	30	Unidades	R\$ 4,12	R\$ 123,60
6	Pincel (trincha) 2 1/2	30	Unidades	R\$ 6,04	R\$ 181,20
7	Pincel (trincha) 3	30	Unidades	R\$ 9,69	R\$ 290,70
8	Rolo de carneiro puro p/pintura de parede 23 cm	50	Unidades	R\$ 37,10	R\$ 1.855,00
9	Rolo de espuma nº 05 cm amarelo p/pintura de parede	30	Unidades	R\$ 3,52	R\$ 105,60
10	Rolo de espuma nº 23 cm preto p/pintura de parede	35	Unidades	R\$ 10,78	R\$ 377,30
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 4.374,30</b>

<b>LOTE 15 MASSA CORRIDA, SOLVENTES, TINTAS, SELADORES E IMPERMEABILIZANTES.</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quant.</b>	<b>Unid</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
1	Massa corrida 18 LT	150	Latas	R\$ 75,38	R\$ 11.307,00
2	Massa corrida 18 LT acrílica	50	Latas	R\$ 120,30	R\$ 6.015,00
3	Thinner 3,6 litros	20	Unidades	R\$ 84,02	R\$ 1.680,40
4	Thinner 900ml	15	Unidades	R\$ 21,96	R\$ 329,40
5	Tinta Acrílica 18L	400	Latas	R\$ 212,20	R\$ 84.880,00
6	Tinta Latéx PVA 18 litros - interiores	400	Unidades	R\$ 149,09	R\$ 59.636,00
7	Tinta para piso Epox Galão 18 litros	40	Unidades	R\$ 167,34	R\$ 6.693,60
8	Selador Acrílico Interno e Externo 18L	200	Galões	R\$ 123,81	R\$ 24.762,00
9	Tinta 3,6 esmalte sintético	100	Latas	R\$ 141,37	R\$ 14.137,00
10	Impermeabilizante tipo Vedacit ou similar em embalagem de 3,6 litros (galão)	30	Unidades	R\$ 44,98	R\$ 1.349,40
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 210.789,80</b>

<b>LOTE 16 MADEIRAS EM GERAL</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quant.</b>	<b>Unid</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
1	Bloco de Madeira 10 mm - 1,10 x 2,20 m	40	Folhas	R\$ 92,92	R\$ 3.716,80
2	Bloco de Madeira 20 mm - 1,10 x 2,20 m	40	Folhas	R\$ 122,72	R\$ 4.908,80
3	Madeirite Resinado 10 mm - 1,10 x 2,20m	100	Folhas	R\$ 131,72	R\$ 13.172,00
4	Madeirite Resinado 20 mm - 1,10 x 2,20m	120	Folhas	R\$ 183,39	R\$ 22.006,80
5	Tabua para construção (madeira) 20 cm - Peça com 3 metros	80	Peças	R\$ 29,93	R\$ 2.394,40
6	Tabua para construção (madeira) 30 cm - Peça com 3 metros	80	Peças	R\$ 41,42	R\$ 3.313,60
7	Caibro de madeira cerrada	2.000	Metros	R\$ 3,60	R\$ 7.200,00

8	Linha de madeira cerrada 2X4 (5cmx10cm)	300	Metros	R\$ 9,57	R\$ 2.871,00
9	Linha de madeira cerrada 3x4(7cmx10cm)	300	Metros	R\$ 24,89	R\$ 7.467,00
10	Linha de madeira cerrada 3x3 (7cmx7cm)	100	Metros	R\$ 21,56	R\$ 2.156,00
11	Linha de madeira cerrada 3x6 (7,5cmx15cm)	150	Metros	R\$ 28,13	R\$ 4.219,50
12	Ripa de madeira	3.200	Metros	R\$ 1,76	R\$ 5.632,00
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 79.057,90</b>

LOTE 17		FERRAGENS			
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Cadeado nº. 25	10	Unidades	R\$ 22,18	R\$ 221,80
2	Cadeado nº. 30	10	Unidades	R\$ 32,38	R\$ 323,80
3	Cadeado nº. 35	10	Unidades	R\$ 25,48	R\$ 254,80
4	Cadeado nº. 40	10	Unidades	R\$ 30,34	R\$ 303,40
5	Cadeado nº. 45	10	Unidades	R\$ 39,55	R\$ 395,50
6	Ferrolho chato p/ cadeado zincado 700x5	10	Unidades	R\$ 13,73	R\$ 137,30
7	Dobradiça de canto, 2.1/2", zincada, com parafusos	100	Unidades	R\$ 5,49	R\$ 549,00
8	Dobradiça canto 3 ½ inox - com parafusos	100	Unidades	R\$ 9,66	R\$ 966,00
9	Fechadura de sobrepôr	10	Unidades	R\$ 87,71	R\$ 877,10
10	Fechadura Externa Espelho e Maçaneta Cromado	25	Unidades	R\$ 47,90	R\$ 1.197,50
11	Fechadura Interna Espelho e Maçaneta Cromado	30	Unidades	R\$ 37,03	R\$ 1.110,90
12	Trena emborrachada 5m x 19 mm	4	Unidades	R\$ 14,58	R\$ 58,32
13	Trena emborrachada - 8M X 25 MM	4	Unidades	R\$ 43,05	R\$ 172,20
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 6.567,62</b>

LOTE 18		ESTRIBOS, VERGALHOES E MALHAS DE FERRO.			
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Estribo de Aço 7x17cm com Diâmetro 4,2mm	2.000	Unidades	R\$ 0,94	R\$ 1.880,00
2	Ferro vergalhão 5/16(8mm)	150	Unidades	R\$ 51,09	R\$ 7.663,50
3	Ferro vergalhão de ¼ (6.3mm)	50	Unidades	R\$ 33,68	R\$ 1.684,00
4	Ferro vergalhão de 3/8 (10mm)	150	Unidades	R\$ 73,49	R\$ 11.023,50
5	Ferro vergalhão de ½ (12mm)	80	Unidades	R\$ 131,65	R\$ 10.532,00
6	Malha Pop 15x15 Tela 3x2m Ferro 3.4mm	50	Unidades	R\$ 137,85	R\$ 6.892,50

7	Malha Pop 20x20 Tela 3x2m Ferro 3.4mm	40	Unidades	R\$ 92,99	R\$ 3.719,60
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 43.395,10</b>

<b>LOTE 19 BOMBAS HIDRAULICAS</b>					
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Bomba hidráulica, potência: 2 cv, tensão alimentação: 220 v, aplicação: submersa, (poço artesiano). Garantia mínima de 1 ano de garantia	4	Unidades	R\$ 2.170,45	R\$ 8.681,80
2	Bomba Submersa Vibratória 450Watts, Vazão máxima: 2.3m <sup>3</sup> /h - Vazão mínima: 0.7m <sup>3</sup> /h. 220V. Garantia mínima de 1 ano de garantia	12	Unidades	R\$ 401,72	R\$ 4.820,64
3	Bomba de água monoestágio 3/4 CV Monofásico 220V. Garantia mínima de 1 ano de garantia	3	Unidades	R\$ 945,99	R\$ 2.837,97
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 16.340,41</b>

<b>LOTE 20 MATERIAIS HIDROSANITÁRIO</b>					
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Assento vaso sanitário com tampa em polietileno, cores diversas, com peças de fixação.	35	Unidades	R\$ 35,70	R\$ 1.249,50
2	Bacia sanitária convencional, com peças de fixação.	20	Unidades	R\$ 178,65	R\$ 3.573,00
3	Bacia sanitária c/ caixa acoplada	10	Unidades	R\$ 415,61	R\$ 4.156,10
4	Caixa de descarga 9 litros - com peças e acessórios de fixação	100	Unidades	R\$ 37,22	R\$ 3.722,00
5	Chuveiro não elétrico, confeccionado em plástico 1/2	30	Unidades	R\$ 10,36	R\$ 310,80
6	Lavatório de louça com coluna de chão - Branco 80X46X35Cm	15	Unidades	R\$ 228,77	R\$ 3.431,55
7	Lavatório de Louça Suspenso Redondo 38x28cm Branco	20	Unidades	R\$ 110,81	R\$ 2.216,20
8	Pia Aço Inox para Cozinha 120x52cm Prata	5	Unidades	R\$ 202,97	R\$ 1.014,85
9	Pia Aço Inox para Cozinha 150x52cm Prata	10	Unidades	R\$ 307,87	R\$ 3.078,70
10	Pia de Aço Inox para Cozinha 180x52cm Prata	5	Unidades	R\$ 515,31	R\$ 2.576,55
11	Balcão de mármore sintético 1,2 m x 0,60cm	10	Unidades	R\$ 170,27	R\$ 1.702,70
12	Balcão de mármore sintético 1,50m x 0,60m	10	Unidades	R\$ 213,80	R\$ 2.138,00
13	Adesivo Plástico para tubo de PVC rígido 80g	80	Unidades	R\$ 4,63	R\$ 370,40
14	Boia automática superior	10	Unidades	R\$ 52,03	R\$ 520,30

15	Boia de cx d'água ½	20	Unidades	R\$ 14,29	R\$ 285,80
16	Fita veda rosca 20m x 18mm	100	Unidades	R\$ 3,07	R\$ 307,00
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 30.653,45</b>

LOTE 21		MATEIRAIIS ELÉTRICOS			
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Haste para Aterramento 10mmx1,20mts Revestimento Cobre	30	Unidades	R\$ 29,61	R\$ 888,30
2	Haste para Aterramento 12mmx2,40mts Revestimento Cobre	40	Unidades	R\$ 48,89	R\$ 1.955,60
3	Caixa de medidor elétrico (monofásico) completa no padrão CELPE	12	Unidades	R\$ 82,45	R\$ 989,40
4	Chave de teste elétrico	5	Unidades	R\$ 9,18	R\$ 45,90
5	Conector p/ haste de aterramento	20	Unidades	R\$ 3,82	R\$ 76,40
6	Curva Curta 90° Roscável 3/4" PVC Anti-chamas Preto	40	Unidades	R\$ 2,96	R\$ 118,40
7	Fita Isolante PVC Preta 19mm x 10m	100	Unidades	R\$ 4,17	R\$ 417,00
8	Fita Isolante PVC Preta 19mm x 20m	50	Unidades	R\$ 7,74	R\$ 387,00
9	Fixa Fio Cabo Coaxial até 4mm Branco	150	Pacotes	R\$ 3,27	R\$ 490,50
10	Conjunto Interruptor Simples 1 Módulo 10A - Branco	60	Unidades	R\$ 9,82	R\$ 589,20
11	Conjunto 1 interruptor + 1 tomada 10A - Branca	40	Unidades	R\$ 14,39	R\$ 575,60
12	Conjunto 2 módulos interruptor 10A - Branca	50	Unidades	R\$ 11,41	R\$ 570,50
13	Conjunto 2 interruptores + 1 tomada 10A - Branca	30	Unidades	R\$ 11,39	R\$ 341,70
14	Conjunto 3 interruptores 10A - Branco	20	Unidades	R\$ 20,15	R\$ 403,00
15	Interruptor Externo Simples Sistema X Sobrepor	30	Unidades	R\$ 9,81	R\$ 294,30
16	Soquete Rabicho Para Lâmpada Tubular	100	Unidades	R\$ 2,67	R\$ 267,00
17	Disjuntor Unipolar 10A	30	Unidades	R\$ 8,98	R\$ 269,40
18	Disjuntor Unipolar 15A	50	Unidades	R\$ 9,67	R\$ 483,50
19	Disjuntor Unipolar 20A	30	Unidades	R\$ 10,91	R\$ 327,30
20	Disjuntor Unipolar 25A	10	Unidades	R\$ 10,23	R\$ 102,30
21	Cabo Flexível Antichamas 1,50 mm Rolo com 100 m 450/750V	5	Rolos	R\$ 161,38	R\$ 806,90
22	Cabo Flexível Antichamas 2,50 mm Rolo com 100 m 450/750V	5	Rolos	R\$ 232,90	R\$ 1.164,50
23	Cabo Flexível Antichamas 4 mm Rolo com 100 m 450/750V	5	Rolos	R\$ 380,82	R\$ 1.904,10
24	Fio Paralelo 2 X 2,5mm Flexível Rolo C/ 100 Metros	2	Rolos	R\$ 260,89	R\$ 521,78
25	Fio Paralelo 2 X 1,5mm Flexível Rolo C/ 100 Metros	2	Rolos	R\$ 242,19	R\$ 484,38
26	Conjunto Horizontal de Tomada de Energia 1 Módulo 2P + T 10A	80	Unidades	R\$ 8,77	R\$ 701,60



27	Conjunto Horizontal de Tomada de Energia 2 Módulo 2P + T 10A	40	Unidades	R\$ 12,03	R\$ 481,20
28	Conjunto Horizontal de Tomada de Energia 1 Módulo 2P + T 20A	50	Unidades	R\$ 11,37	R\$ 568,50
29	Conjunto de Tomada de Energia 1 Módulo 2P + T 10A Branco - Sistema X	50	Unidades	R\$ 7,12	R\$ 356,00
30	Eletroduto Flexível Corrugado PVC DN 25 mm 3/4" x 50m Amarelo	10	Unidades	R\$ 87,57	R\$ 875,70
31	Lâmpada de led, formato tubular, tensão nominal bivolt, potência nominal 20 w	50	Unidades	R\$ 24,92	R\$ 1.246,00
32	Lâmpada de led, formato tubular, tensão nominal bivolt, potência nominal 40 w	150	Unidades	R\$ 41,93	R\$ 6.289,50
33	Lâmpada LED Bulbo 15W Luz Branca - E-27	150	Unidades	R\$ 15,16	R\$ 2.274,00
34	Lâmpada LED Bulbo 9W Luz Branca - E-27	100	Unidades	R\$ 11,33	R\$ 1.133,00
35	Soquete E-27 em porcelana na cor branco	100	Unidades	R\$ 4,28	R\$ 428,00
36	Plafon Soquete E-27 em porcelana na cor branco	100	Unidades	R\$ 7,15	R\$ 715,00
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 29.542,46</b>

LOTE 22		TUBOS E CONEXÕES			
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Joelho 45º esgoto 40x40	50	Unidades	R\$ 3,79	R\$ 189,50
2	Joelho 45º PVC (100mm) esgoto	50	Unidades	R\$ 11,02	R\$ 551,00
3	Joelho 45º PVC (150mm) esgoto	20	Unidades	R\$ 70,84	R\$ 1.416,80
4	Joelho 90º esgoto 50x50	35	Unidades	R\$ 5,04	R\$ 176,40
5	Joelho 90º PVC (100mm) esgoto	50	Unidades	R\$ 18,49	R\$ 924,50
6	Joelho 90º PVC (150mm) esgoto	20	Unidades	R\$ 81,57	R\$ 1.631,40
7	Joelho 90º 20mm x ½ soldável	100	Unidades	R\$ 1,82	R\$ 182,00
8	Joelho 90º 25mm x 3/4 soldável	200	Unidades	R\$ 2,26	R\$ 452,00
9	Joelho 90º esgoto 100x50	20	Unidades	R\$ 13,60	R\$ 272,00
10	Joelho 90º esgoto 100x75 ou 100x100	20	Unidades	R\$ 16,95	R\$ 339,00
11	Joelho 90º esgoto 40x40	50	Unidades	R\$ 3,64	R\$ 182,00
12	Joelho 90º esgoto 75x50 ou 75x75	20	Unidades	R\$ 17,45	R\$ 349,00
13	Luva 20mm x ½ soldável	70	Unidades	R\$ 1,24	R\$ 86,80
14	Luva 40mm soldável	30	Unidades	R\$ 9,52	R\$ 285,60
15	Luva 60mm soldável	30	Unidades	R\$ 14,35	R\$ 430,50
16	Luva PVC 100mm esgoto	30	Unidades	R\$ 16,74	R\$ 502,20
17	Luva PVC 150mm esgoto	20	Unidades	R\$ 49,42	R\$ 988,40
18	Redução PVC esgoto 100x50	10	Unidades	R\$ 14,81	R\$ 148,10
19	Redução PVC esgoto 75x50	10	Unidades	R\$ 15,42	R\$ 154,20
20	Registro de Esfera plástico 32mm	15	Unidades	R\$ 32,11	R\$ 481,65
21	Registro de pressão plástico 25mm	15	Unidades	R\$ 22,41	R\$ 336,15
22	Sifão copo	30	Unidades	R\$ 13,82	R\$ 414,60
23	Sifão copo com tubo extensivo	30	Unidades	R\$ 21,17	R\$ 635,10

24	Sifão multiuso c/01 saída	30	Unidades	R\$ 10,43	R\$ 312,90
25	Sifão multiuso c/02 saída	20	Unidades	R\$ 9,04	R\$ 180,80
26	Tê soldável 25x25mm	100	Unidades	R\$ 1,61	R\$ 161,00
27	Tê c/ red esgoto 100x75	25	Unidades	R\$ 25,76	R\$ 644,00
28	Tê com redução esgoto 150x100	10	Unidades	R\$ 65,98	R\$ 659,80
29	Tê PVC esgoto 50mm	15	Unidades	R\$ 7,21	R\$ 108,15
30	Tê PVC esgoto 40mm	50	Unidades	R\$ 4,10	R\$ 205,00
31	Tê PVC esgoto 100mm	20	Unidades	R\$ 28,73	R\$ 574,60
32	Tê PVC esgoto 150mm	20	Unidades	R\$ 94,22	R\$ 1.884,40
33	Tê soldável 20x20mm	80	Unidades	R\$ 1,03	R\$ 82,40
34	Tê soldável 32x32mm	30	Unidades	R\$ 5,03	R\$ 150,90
35	Tê soldável 50x50mm	20	Unidades	R\$ 25,69	R\$ 513,80
36	Torneira para lavatório INOX	15	Unidades	R\$ 65,49	R\$ 982,35
37	Torneira para lavatório plástico	30	Unidades	R\$ 54,71	R\$ 1.641,30
38	Torneira para Cozinha de Mesa em inox 1/2	30	Unidades	R\$ 66,40	R\$ 1.992,00
39	Torneira para pia (15cm) plástico	15	Unidades	R\$ 6,49	R\$ 97,35
40	Torneira De Cozinha De Parede Metal Inox 1/2	15	Unidades	R\$ 59,90	R\$ 898,50
41	Torneira para pia (18cm) cabinho plástico	15	Unidades	R\$ 8,36	R\$ 125,40
42	União polietileno interno ½	5	Unidades	R\$ 2,07	R\$ 10,35
43	Válvula de retenção vertical, de bronze, 3/4	30	Unidades	R\$ 63,05	R\$ 1.891,50
44	Válvula de retenção vertical, de bronze, 1 polegada	10	Unidades	R\$ 149,36	R\$ 1.493,60
45	Válvula exclusiva para pia de mármore	10	Unidades	R\$ 47,43	R\$ 474,30
46	Tubo para caixa de descarga 40mm	50	Unidades	R\$ 25,33	R\$ 1.266,50
47	Tubo PVC esgoto 40mm - Unidades com 6m	30	Unidades	R\$ 39,90	R\$ 1.197,00
48	Tubo PVC esgoto 50mm - Unidades com 6m	30	Unidades	R\$ 61,87	R\$ 1.856,10
49	Tubo PVC esgoto 100mm - Unidades com 6m	30	Unidades	R\$ 94,56	R\$ 2.836,80
50	Tubo PVC esgoto 150mm - Unidades com 6m	20	Unidades	R\$ 236,55	R\$ 4.731,00
51	Tubo PVC Soldável 20 mm - Unidades com 6m	100	Unidades	R\$ 23,94	R\$ 2.394,00
52	Tubo PVC Soldável 25 mm - Unidades com 6m	100	Unidades	R\$ 25,55	R\$ 2.555,00
53	Tubo PVC Soldável 32 mm - Unidades com 6m	100	Unidades	R\$ 45,28	R\$ 4.528,00
54	Tubo PVC Soldável 40 mm - Unidades com 6m	20	Unidades	R\$ 72,45	R\$ 1.449,00
55	Tubo PVC Soldável 50 mm - Unidades com 6m	20	Unidades	R\$ 106,24	R\$ 2.124,80
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 51.151,50</b>

LOTE 23		MATERIAIS PARA FORRÓ DE TETO			
Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	Forro de teto em PVC, 200mm	1.000	Metros	R\$ 32,34	R\$ 32.340,00
2	Cantoneira para forro de teto em PVC, unidade com 6 metros	200	Unidades	R\$ 31,88	R\$ 6.376,00
3	Perfil em PVC forro de teto, unidade com 6 m	300	Unidades	R\$ 37,57	R\$ 11.271,00
<b>VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 49.987,00</b>

<b>VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 865.592,40</b> <b>(oitocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e noventa e dois reais e quarenta centavos)</b>
--

## 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas para aquisição/contratação dos materiais/fornecimentos decorrentes da presente licitação correrão à Conta das dotações orçamentárias a seguir descritas:

### **10.130 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:**

**10 301 1024 2055** – Desenvolver outras Atividades com Recursos do SUS

3390.30 99 – Material de Consumo

**10 301 1024 2058** – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

3390.30 99 – Material de Consumo

**10 301 1024 2063** – Manutenção do Programa Saúde na Família – PSF

3390.30 99 – Material de Consumo

**10 302 1024 2065** – Manutenção das Atividades da Média e Alta Complexidade (Ambulatorial, Hospitalar e SAMU)

3390.30 99 – Material de Consumo

**10 302 1024 2067** - Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde

3390.30 99 – Material de Consumo

## 6. DO FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto desta licitação será executado de forma parcelada, com entrega diretamente no local determinado pelo Município, mediante Requisições Formais do Fundo Municipal de Saúde de Orobó, devidamente assinadas, contendo a completa identificação do objeto solicitado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.2. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.5. O fornecimento será fiscalizado por servidor responsável designado pela Secretaria solicitante do produto.

## 7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. Das propostas comerciais devem constar declaração de que no(s) preço (s) praticado (s), estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto licitado até a prestação definitiva do fornecimento;

7.2. Servirá como referência para o oferecimento de proposta a tabela constante do item 04 descrito acima;

7.3. A proposta de preços apresentada deverá ter validade mínima de 60 dias.

#### **8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

8.1. O critério de julgamento adotado será MENOR PREÇO POR LOTE. Contudo, a licitante terá que, obrigatoriamente, descrever em sua proposta de preços os valores individualizados, em cada item estimado no presente Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

#### **9. DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento do fornecimento ocorrerá no prazo de até 30 dias após a sua execução, com atesto firmado pelo responsável pelos controles do município e, devidamente acompanhado da nota fiscal de fornecimento e respectivo recibo.

Orobó (PE), 05 de abril de 2023.



**Fátima Gabrielle de Oliveira Silva**  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**ANEXO II**

LOCAL E DATA

AO  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROBÓ**

DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_ (Nome da Empresa)\_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_(Endereço Completo)\_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº\_\_\_\_\_, declara sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente impeditivo e que concorda com todas as condições do Edital e seus anexos para participação no Pregão Eletrônico n.º 015/2023.

\_\_\_\_\_  
(nome e identificação do representante legal)



**ANEXO III – MODELO**

LOCAL E DATA

À

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROBÓ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023**

DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_(Nome da Empresa)\_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_(Endereço Completo)\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....

(data)

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**ANEXO IV - MODELO**  
**DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NAS**  
**VEDAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023**

AO  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROBÓ**  
DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., por intermédio de seu representante legal, Sr<sup>(a)</sup> ....., portador(a) do CPF nº ..... e da Carteira de Identidade nº....., DECLARA, para fins de obtenção dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, não estar incurso em nenhuma das vedações do § 4º, do art. 3º da referida Lei.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_(nome(s) e assinatura do(s) responsável(eis) pela proponente)\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_(nome da proponente/carimbo)\_\_\_\_

**ANEXO V**  
**MODELO - CÁLCULO DOS INDICADORES ECONÔMICOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023**

Nos cálculos dos índices extraídos das demonstrações contábeis, comprovando a boa situação financeira, serão adotados os seguintes critérios:

1 - O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

ILC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

2 - O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

ILG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

3 - O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

ISG = Ativo Total

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Será habilitada a empresa que apresentar:

1. Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;
2. Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;
3. Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0;

**ANEXO VI**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**PROCESSO Nº 019/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023**  
**CONTRATO Nº ...../2023**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROBÓ E A EMPRESA ....., PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICAM.

Aos .... (....) dias do mês de ..... do ano de 2023, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROBÓ, Estado de Pernambuco, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 11.098.717/0001-34, com sede administrativa na Rua Professor Mariano de Aguiar, s/n- Centro - Orobó/PE CEP 55.745-000, através de sua gestora, Srta. Fátima Gabrielle de Oliveira Silva, brasileira, solteira, inscrito no CPF nº 040.531.874-00 e RG nº 6043450 SSP/PE, residente e domiciliada na Rua Sinzenando Maximiano de Aguiar, nº 01, Centro, nesta cidade Orobó – PE, no presente ato denominado apenas CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_ inscrita CNPJ/NP sob o nº \_\_\_\_\_, doravante aqui denominada apenas CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_ inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº ....., tendo em vista a contratação, considerando o disposto na Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e a homologação do Processo Licitatório nº 019/2023, Pregão Eletrônico nº 015/2023, têm entre si justo e acordado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente Termo tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado e a medida da necessidade, de ferramentas, materiais elétricos, hidráulico e de construção, para fins de atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde de Orobó/PE, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência, Anexo I ao instrumento convocatório e proposta apresentada pela vencedora do Pregão Eletrônico nº 015/2023.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

Pelo objeto do presente instrumento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme disposto na proposta da CONTRATADA, adjudicada pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS, DOTAÇÕES E REAJUSTE**

Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias após o fornecimento, e comprovação e atestado do órgão requisitante quanto ao recebimento dos mesmos, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão fixos e irrevogáveis, durante todo o período de execução do presente Termo de Contrato.

Parágrafo segundo – Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, em conformidade com o disposto no Art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro - Em caso de irregularidade, o pagamento será suspenso até que sejam sanadas as pendências, sem ônus para o CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – As despesas para cumprimento do objeto do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias seguintes, constantes da Lei Orçamentária Anual, vigente para o exercício de 2023:

**10.130 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:**

**10 301 1024 2055** – Desenvolver outras Atividades com Recursos do SUS

3390.30 99 – Material de Consumo

**10 301 1024 2058** – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

3390.30 99 – Material de Consumo

**10 301 1024 2063** – Manutenção do Programa Saúde na Família – PSF

3390.30 99 – Material de Consumo

**10 302 1024 2065** – Manutenção das Atividades da Média e Alta Complexidade (Ambulatorial, Hospitalar e SAMU)

3390.30 99 – Material de Consumo

**10 302 1024 2067** - Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde

3390.30 99 – Material de Consumo

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA PROPOSTA DA CONTRATADA**

Integra este contrato, como se aqui transcrita fosse, a proposta da contratada no Pregão Eletrônico nº 015/2023, com todas as suas especificações.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

A vigência deste contrato tem início a partir da data de sua assinatura, estendendo-se por 12 meses.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO**

O fornecimento do objeto desta licitação será executado de forma parcelada, com entrega diretamente no local determinado pelo Município, mediante Requisições Formais do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROBÓ, devidamente assinadas, contendo a completa identificação do objeto solicitado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DO OBJETO**

A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo ou supressões que se fizerem no fornecimento em até 25% (vinte e cinco por cento), conforme art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES**

Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado no objeto deste contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida a prévia e ampla defesa, SERÃO APLICADAS às seguintes cominações, cumulativamente ou não:

I – advertência;

II – multa. Nos seguintes termos:

a) Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado :1% (um por cento) do valor global, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor dos bens não entregues:

b) Pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10%(dez por cento) do valor do(s) bem(s);

c) Pela demora em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas do próprio fornecido, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, 2%(dois por cento) no valor do bem, por dia ocorrido, até o limite de 10% do valor dos bens não substituído-corrígidos;

d) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas no fornecimento, entendendo-se como recusa o fornecimento não efetivado nos 03 (três) dias que seguirem a data da rejeição: 10%(dez por cento) do valor do fornecimento rejeitado;

e) Pelo não cumprimento de qualquer condições fixada na Lei 8.666/93, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

III – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no item anterior.

Parágrafo Primeiro - Pelos motivos que se seguem, principalmente a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos incisos III e IV do parágrafo anterior.

I – descumprimento do prazo de fornecimento;



II – recusa em atender alguma solicitação para correção no fornecimento, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data da rejeição, devidamente notificada;

III – não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados neste Edital.

Parágrafo Segundo – Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, inclusive durante todo o prazo de validade dos produtos fornecidos.

Parágrafo Terceiro – As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

Parágrafo Quarto – Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devido à CONTRATADA as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei”.

#### **CLÁUSULA DECIMA – DA RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro – Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A rescisão deste contrato poderá ser:

I- Determinada por ato unilateral e por escrito da Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78, da Lei nº. 8.666/93;

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, deste que haja conveniência para a Administração;

III- Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Terceiro - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo Quarto – Quando a rescisão ocorrer com base nos Incisos XII a XVII do artigo 78, da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, tendo direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

Parágrafo Quinto - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo, observado o prazo de vigência.

Parágrafo Sexto – A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à Contratante, além das sanções previstas neste Instrumento.

#### **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Do ato de rescisão unilateral do Contrato, na forma do Art.79, inciso I, da Lei 8.666/93, e aplicação das penalidades de advertência, suspensão temporária e multa, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, que será dirigido à autoridade superior àquela que praticou o ato recorrido.

Parágrafo Primeiro – A intimação do ato de suspensão temporária será feita através de publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco.

#### **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO E CASOS OMISSOS DO CONTRATO**

A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-á pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do Artigo 54, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com Inciso XII, do Artigo 55, do mesmo diploma legal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

Fornecer, na sede do município, as quantidades de material, objeto do Pregão Eletrônico nº 015/2023, nas condições estipuladas no presente instrumento de contrato e nas condições inseridas nas Notas de Empenho iniciais e seguintes.

Parágrafo Primeiro - Emitir as Notas Fiscais nos prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

Parágrafo Segundo - Comunicar com antecedência à CONTRATANTE a impossibilidade em atender as solicitações, nos casos em que houver impedimento para funcionamento normal de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Parágrafo Quarto – Comunicar por escrito ao responsável pela Administração do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROBÓ, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

Parágrafo Quinto - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROBÓ, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, e suas normas editalícias e os termos de sua proposta;

Parágrafo Primeiro - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo estabelecido no Contrato;

Parágrafo Segundo - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

Parágrafo Terceiro - Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pelos empregados da CONTRATADA;

Parágrafo Quarto - Promover, mediante seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

Parágrafo Quinto - Solicitar o fornecimento do material mediante requisições expedidas pelo setor administrativo ou o servidor designado pela respectiva Secretaria demandante;

Parágrafo Sexto - Publicar o Extrato de Contrato, em resumo, no Diário Oficial da União.

Parágrafo Sétimo - Designar um servidor como gestor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e atestar as faturas conforme previsto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Orobó - PE, para nele dirimir eventuais dúvidas ou controvérsias resultantes da execução do presente contrato, com renúncia a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, para um só efeito jurídico, na presença das testemunhas que também assinam.

Orobó - PE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Fátima Gabrielle de Oliveira Silva  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Órgão Gerenciador

P/Contratado

[  
Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_

**ANEXO VII  
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO Nº 019/2023  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2023**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OROBÓ, Estado de Pernambuco, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 11.098.717/0001-34, com sede administrativa na Rua Professor Mariano de Aguiar, s/n- Centro - Orobó/PE CEP 55.745-000, através de sua gestora, Srta. Fátima Gabrielle de Oliveira Silva, brasileira, solteira, inscrito no CPF nº 040.531.874-00 e RG nº 6043450 SSP/PE, residente e domiciliada na Rua Sinzenando Maximiano de Aguiar, nº 01, Centro, nesta cidade Orobó – PE, neste ato denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº **015/2023**, e de outro lado, as empresas adjudicatárias nos itens abaixo, homologada em //, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Decreto Municipal nº 044/2014, que regulamenta o art. 15 da Lei nº 8.666/93, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO(S) FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S): A partir desta data, fica(m) registrado(s) neste FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, observada a ordem de classificação, os preços do(s) fornecedor(es) registrado(s) a seguir relacionado(s), objetivando o compromisso de fornecimento parcelado e a medida da necessidade, de ferramentas, materiais elétricos, hidráulico e de construção, para fins de atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde de Orobó/PE, conforme descrição e condições no anexo I ao instrumento convocatório.

Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, representada por seu(sua) \_\_\_\_\_, Sr(a). \_\_\_\_\_, (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado(a) em \_\_\_\_\_, RG n. \_\_\_\_\_ Órgão de Emissão \_\_\_\_\_, CPF nº. \_\_\_\_\_

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

2 – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: O ajuste com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizado pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ou Interessados mediante assinatura de Contrato, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº **015/2023**.

2.1 – O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante Contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital de Pregão Eletrônico nº **015/2023**.

2.2 – O(s) fornecedor (es) registrado(s), dentro dos quantitativos estimados, fica(m) obrigado(s) a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3 - DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.1 – Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

4 – DOS PREÇOS: A qualquer tempo, conforme previsto no Decreto Municipal nº 044/2014, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.1 – Caso o fornecedor registrado se recuse a baixar os preços registrados, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE poderá cancelar o registro ou convocar todos os fornecedores registrados para oferecerem novas propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.

4.2 – Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvada a superveniência de normas aplicáveis à espécie.

4.3 – O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos.

5 – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura.

6 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

7 – DO FORO: O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro de Orobó (PE), com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Fátima Gabrielle de Oliveira Silva  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Órgão Gerenciador

Representante Legal  
(EMPRESA)  
Fornecedor Registrado

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF nº: \_\_\_\_\_